

NAS TRAMAS DO DISCURSO: O CINEMA COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAR OS BRASILEIROS (1910 - 1939)

IN THE DISCOURSE CONJUNCTURE: THE CINEMA AS STRATEGY TO EDUCATE BRAZILIAN PEOPLE (1910 - 1939)

EN LAS TRAMAS DEL DISCURSO: EL CINE COMO ESTRATEGIA PARA EDUCAR A LOS BRASILEÑOS (1910-1939)

William Ferreira da Silva¹

Lúcia de Fátima Souza dos Santos²

Evelyn Fernandes Azevedo Faheina³

Resumo: Ancorado na abordagem arqueológica do discurso (FOUCAULT, 2012), este texto apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou o discurso sobre o cinema como estratégia para educar os brasileiros, de 1910 a 1939. Conclui-se que este discurso é sustentado por quatro instâncias sociais: a igreja, a polícia, a imprensa e a escola que colaboram para o fortalecimento da prática pedagógica do cinema no país e para a disseminação de diferentes noções atreladas ao uso dessa ferramenta na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Discurso. Cinema. Educação.

Abstract: Supported by Foucault's archeology discourse approach (2012), this text presents the results of a research that investigated the discourse about the cinema as an strategy to educate Brazilian people, from 1910 to 1939. From this study, it can be concluded that this discourse is grounded on social instances: the church, the police, the media and the school, which collaborated to the fortification of the pedagogical practices of the cinema in the country, as well as to the dissemination of different notions related to the use of this tool in Brazilian society.

Keywords: Discourse. Cinema. Education.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Discurso e Imagem Visual em Educação (GEPDIVE) e bolsista PIBIC-UFPB (2019-2020). E-mail: wylliam.silva.016@gmail.com.

² Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Discurso e Imagem Visual em Educação (GEPDIVE) e voluntária PIVIC-UFPB (2019-2020). E-mail: luciadefatima459@gmail.com.

³ Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É professora Adjunto II da mesma instituição e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Discurso e Imagem Visual em Educação (GEPDIVE). E-mail: evelynfaheina@gmail.com.

Resumen: Con base en el enfoque arqueológico del discurso propuesto por Michel Foucault (2012), este texto presenta los resultados de una investigación acerca del discurso sobre el cine como estrategia para educar a los brasileños, entre 1910 y 1939. A partir del estudio realizado, se puede concluir que dicho discurso descansa sobre cuatro instancias sociales: la iglesia, la policía, la prensa y la escuela, que colaboran para fortalecer la práctica pedagógica del cine en el país y difundir diferentes nociones ligadas al uso de esta herramienta en la sociedad brasileña.

Palabras clave: Discurso. Cine. Educación.

Envio 21/04/2020

Revisão 24/04/2020

Aceite 22/06/2020

Introdução

Nas três primeiras décadas do século XX, a inserção do cinema na educação pública brasileira ganha notoriedade em jornais, revistas, livros e artigos da época. Com a Reforma de Ensino proposta por Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, através do Decreto nº 2.940/1928, o cinema é sobrelevado a um status de direito social, é regulamentado e passa a ser recomendado “[...] como instrumento de educação e como auxiliar do ensino” (Em publicação, 1929, p. 3)⁴. A partir daí, esforços são reunidos no sentido de orientar e organizar a prática do cinema educativo nas escolas públicas brasileiras.

Nossa investigação indica a existência de uma ordem discursiva, produzida antes mesmo da Reforma de Ensino proposta por Fernando Azevedo, que atribui ao uso pedagógico do cinema um status: no debate, na escrita e em proferimentos, distintos e dispersos, advindos de diferentes instâncias sociais⁵. Assim, ao analisar o discurso sobre o cinema como estratégia para educar os brasileiros, de 1910 a 1939, encontramos em revistas e jornais dessa época uma série de enunciados que situam o cinema de forma variável na ordem do discurso em questão. Há indícios enunciativos que apontam, inclusive, o Estado como principal interventor da prática pedagógica do cinema no país.

Este discurso é sustentado por quatro instâncias sociais: a igreja, a polícia, a imprensa e a escola, que colaboram para o fortalecimento da prática pedagógica do cinema no país e para a disseminação de diferentes noções atreladas ao uso dessa ferramenta. Nota-se, também, que a depender da instância na qual o cinema é evocado, mudam-se os projetos, a tipificação da parceria com o Estado e os discursos, fazendo-se necessário um olhar crítico e analítico acerca do objeto-discurso investigado.

⁴ Com a finalidade de facilitar o trabalho de outros pesquisadores interessados no acesso às fontes, salientamos que mantivemos no presente texto a grafia original de todas as transcrições de jornais e revistas que não foram escritos originalmente segundo acordos ortográficos vigentes da língua portuguesa.

⁵ Esta pesquisa, cujo enfoque está voltado à descrição discursiva de como o cinema era pensado e utilizado, estrategicamente, através da igreja, da polícia, da imprensa e da escola, para educar os brasileiros, é parte de uma investigação mais ampla correlacionada às esferas política, jurídica e educacional do discurso sobre o nexos pedagógico entre o cinema e a educação, de 1910 a 1930. Confira: FAHEINA, Evelyn Fernandes Azevedo; CARLOS, Erenildo João. Análise Arqueológica do Discurso sobre o nexos pedagógico entre cinema e educação no Brasil no período de 1910 a 1930. **Pro-posições [online]**. 2019, v. 30. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072019000100518&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 maio 2020.

Assim, com base no material analisado, jornais e revistas publicados nas três primeiras décadas do Século XX sobre a matéria em questão, cujo acesso foi mediado pelo acervo digital da Biblioteca Nacional⁶, objetivamos conhecer como o cinema era pensado, descrito e utilizado, estrategicamente, para educar os brasileiros, de 1910 a 1939. O texto está organizado em duas seções. Na primeira, explicitamos os procedimentos metodológicos adotados na investigação, destacando aspectos peculiares à abordagem analítica adotada, a saber: a Análise Arqueológica do Discurso (AAD), amparada em Michel Foucault (2012). Na segunda, explicitamos diferentes noções atreladas ao uso do cinema na sociedade brasileira que cruzam domínios⁷ variados como o religioso, o político, o midiático e o escolar, e possibilita ao discurso investigado uma configuração particular no debate e na escrita dos documentos analisados.

Arqueologia do discurso: uma ferramenta analítica de incursão investigativa

Conforme ressaltamos, a pesquisa em tela encontra apoio teórico-metodológico na Arqueologia do Discurso, cuja análise não se efetiva a partir de um exame subjetivo, psicanalítico, filosófico ou histórico dos discursos. Ao analisar os discursos, a arqueologia “[...] busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras”⁸. (Foucault, 2012, p. 169). Os discursos, por sua vez, são constituídos por “[...] um conjunto de enunciados” (Foucault, 2012, p. 143). Assim, será preciso identificá-los nos

147

⁶ Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 2019.

⁷ Na perspectiva da AAD, pode-se falar da existência de um determinado domínio, desde que o conjunto de coisas e práticas que são ditas sobre algo possuam características semelhantes e aproximadas por categoria. Assim, um domínio religioso, por exemplo, sempre reunirá fatos e dizeres interligados a indivíduos que exercem papéis sociais religiosos ou a um lugar propriamente religioso. Isto não significa limitar a ideia de domínio à de contexto, a partir do qual determinadas séries de signos teriam sido enunciadas por alguém em certo lugar. Não é porque foram proferidas determinadas palavras em um contexto religioso que podemos inferir a existência desse domínio. Na perspectiva da AAD, os campos de domínios se colocam em um cenário de coexistências discursivas. Isto significa que certos domínios dão as condições de possibilidade para o exercício da função enunciativa. Assim, a depender do domínio, teremos novas funções e correlações enunciativas sempre de mesmo cunho: religioso, político, midiático e outros. Para aprofundamento dessa questão, conferir as páginas 106 – 111, do tópico “A função enunciativa”, do livro *Arqueologia do saber*, de Michel Foucault (2012).

⁸ Sobre as regras que regem os discursos, vale salientar que sua identificação, análise e descrição pressupõem o conhecimento das regularidades enunciativas com as quais determinados saberes são produzidos no seio de um discurso, instituindo práticas discursivas, as quais se referem a um conjunto de regras anônimas e históricas, sempre situadas no tempo e no espaço, sendo capazes de definir as condições de exercício da função enunciativa (Foucault, 2012).

documentos analisados e descrevê-los, sendo estas as condições necessárias à análise do discurso que nos propusemos investigar, a saber: o discurso sobre o cinema como estratégia para educar os brasileiros, de 1910 a 1939.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, fizemos o mapeamento das fontes no acervo digital da Biblioteca Nacional e buscamos os documentos publicados de 1910 a 1939, a partir de descritores correlacionados à temática de nosso interesse. Do mapeamento realizado, identificamos 205 documentos (revistas e/ou jornais), tendo como referência os seguintes descritores: cinema e educação (50 documentos), cinema e política (34 documentos), cinema e sociedade (54 documentos) e filmes educativos (67 documentos).

Em face do entendimento de que o documento na condição de registro pode ser configurado como um dos lugares possíveis de produção dos discursos, consideramos as revistas e os jornais publicados nas três primeiras décadas do século XX e disponibilizados no acervo digital da Biblioteca Nacional como objetos de análise da presente pesquisa. Nesse sentido, tais documentos não são apenas fontes, mas peças fundamentais de um discurso, capazes de inscrever suas marcas e regras na feitura das construções frasais, das assinalações e dos signos escritos presentes nos documentos analisados.

No processo de execução da pesquisa não nos comprometemos com a produção de uma simples revisão de literatura sobre o assunto, pois percorremos a rede de enunciados, marcada por expressões textuais presentes nos documentos analisados, descrevendo-a. Partimos do pressuposto de que o conjunto de registros escritos presentes nos jornais e nas revistas analisadas e que trataram de situar e conferir visibilidade ao enunciado do cinema como estratégia para educar os brasileiros, de 1910 a 1939, sobrelevaram, na presente pesquisa, ao status de peças indispensáveis de um determinado discurso. Em última análise, isto resultou na apropriação dos referidos documentos como portadores de séries enunciativas implicadas na produção de um determinado discurso.

Importante lembrar, ainda, que as pesquisas norteadas pela AAD tomam a linguagem⁹ como o terreno de sua escavação e compreendem que não é ela, em si, tampouco o conjunto

⁹ A despeito da linguagem, vale salientar que ela é constituída por signos, cujos modos de existência dependem da forma como organizam seus próprios elementos, a saber: o significado, o significante e a referência. O significado remete a uma ideia que se tem sobre determinada coisa/objeto; o significante diz respeito às marcas gráficas (em se tratando do signo escrito), sonoras (em se tratando de um signo

de significados, representações e seus modos de expressão que constituem seu objeto de estudo, mas o discurso. Este, por sua vez, como um modo de existência particular da linguagem, é constituído por “[...] um conjunto de enunciados.” (Foucault, 2012, p. 143), os quais, presentes nos documentos analisados pelo pesquisador, constituem a fonte de investigação¹⁰. Assim, em última análise, o discurso constitui a camada da linguagem que interessa ao pesquisador investigar, porém será a partir da identificação e da correlação que os enunciados assumem em uma determinada teia discursiva que possibilitará ao pesquisador descrever a ordem específica do discurso que propõe investigar.

Nessa perspectiva, além de manter coerência com as considerações supracitadas, a pesquisa que desenvolvemos encontrou apoio em várias ferramentas conceituais norteadas pela própria Arqueologia do Discurso, a saber: a) discurso: constituído por “[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (Foucault, 2012, p. 143). b) enunciado: que não é do mesmo gênero da frase, da proposição ou do ato de fala, mas entendido como uma função que pressupõe a ideia de correlações estabelecidas no limite de cada formação discursiva. c) formação discursiva: que não deve ser tomada “[...] como blocos de imobilidade, formas estáticas que se imporiam do exterior ao discurso e definiriam, de uma vez por todas, seus caracteres e possibilidades” (Foucault, 2012, p. 87), pois não reúne tudo o que se possa aparecer mediante a manifestação de uma série de enunciados, apresentando-se sempre de maneira lacunar e incompleta. d) prática discursiva: que não deve ser confundida “[...] com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a competência de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais” (Foucault, 2012, p. 143-144). Trata-se de um conjunto de regras específicas, “[...] sempre determinadas no tempo e no espaço [...] *que deram* as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 2012, p. 143-144, grifo nosso). e) sujeito: que não é idêntico ao autor da formulação,

pronunciado através da fala), visuais (em se tratando da imagem), e a referência consiste na coisa em si, materializada na realidade concreta.

¹⁰ Na abordagem da AAD, embora os documentos tenham uma materialidade empírica, eles não podem ser considerados fontes de investigação. Porém, o conjunto de enunciados, registrados nos documentos, classificados e, posteriormente, descritos constitui a fonte a partir da qual serão retirados os elementos que caracterizarão a ordem específica do discurso que está sendo investigada.

pois de acordo com Foucault, “é um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes” (Foucault, 2012, p. 115).

De modo geral, orientando-se por esse quadro conceitual, a pesquisa foi desenvolvida em três momentos: 1) mapeamento dos textos-fontes; 2) escavação discursiva; e 3) descrição dos enunciados¹¹.

A igreja, a polícia, a imprensa e a escola como mobilizadoras do discurso sobre o cinema como estratégia para educar os brasileiros

Nas três primeiras décadas do século XX, a presença do cinema no Brasil fez circular diferentes noções atreladas ao uso dessa ferramenta. A partir da análise do discurso sobre o cinema como estratégia para educar os brasileiros, encontramos uma série de enunciados que situam o cinema em diferentes domínios: o religioso fomentado pela igreja católica, o midiático pela imprensa, o político por intermédio da polícia e o escolar pela escola em defesa do cinema como ferramenta pedagógica.

Do ponto de vista discursivo, a pesquisa indica a existência de enunciados que ratificam o Estado brasileiro como o principal interventor da prática pedagógica do cinema no país, sendo este recurso voltado para: o desenvolvimento da nação, a formação da identidade nacional, a disseminação da cultura local e os objetivos nacionais.

No primeiro caso, o cinema é reconhecido como “[...] elemento de cultura, *que influi* diretamente sobre o raciocínio e a imaginação *do povo brasileiro*” (Vargas, 1934, p. 4, grifo nosso), despertando-lhes o conhecimento sobre sua história, cultura e território. No segundo caso, como disseminador da cultura local, o cinema é concebido no exercício de uma função sócio-cultural, capaz de despertar na população o interesse pelos valores culturais do país. Assim atestou o ex-presidente da República, Getúlio Vargas, em seu pronunciamento por ocasião da manifestação promovida pelos cinematografistas, em 1934, no Rio de Janeiro:

¹¹ Para aprofundamento dos procedimentos básicos operados no curso das análises arqueológicas do discurso, consultar: Alcantara; Carlos, 2013. *Análise Arqueológica do Discurso: uma alternativa de investigação na Educação de Jovens e Adultos (EJA)*. *Intersecções*, São Paulo, n. 3, p. 59-75, nov. 2013. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaIntersecoes/article/view/1152>. Acesso em: 12 ago. 2019.

Faz-se, também, mistér, para nos unirmos cada vez mais, que nos conheçamos profundamente, afim de avaliarmos a riqueza das nossas possibilidades e estudarmos os meios seguros de aproveitá-las em benefício da comunhão. O cinema será, assim, o livro de imagens luminosas, no qual as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, crescendo a confiança nos destinos da pátria (Vargas, 1934, p. 188).

Assim, como podemos observar, além de cumprir sua função sócio-cultural, o cinema estava comprometido com a disseminação dos objetivos nacionais, pois era claramente concebido como “[...] instrumento de inegualavel vantagem, para instrução do publico e propaganda do país” (Decreto..., 1932, p. 11).

Em vista disso, o cinema seria capaz de gerar nos cidadãos uma consciência social e patriótica do país, porquanto “[...] influe, de maneira poderosa, na formação social do individuo” (O cinema..., 1939a, p. 8). Além disso, ao exercer sua função sociocultural, o cinema estaria autorizado a repassar determinados saberes, envoltos em noções sobre civismo, política, higiene pessoal e saúde, além de colaborar “[...] na formação de habitos moraes, na educação da família e da própria sociedade” (Centro..., 1931, p. 5).

O que a pesquisa indica é que tal discurso seria sustentado por quatro instâncias sociais: a igreja, a polícia, a imprensa e a escola que, no período de 1910 a 1939, colaboraram para o fortalecimento da prática pedagógica do cinema no país e para a disseminação de diferentes noções atreladas ao uso dessa ferramenta na sociedade.

A igreja e o cinema

Ao percorrer a rede de enunciados presentes nos documentos analisados, notou-se a existência de um ordenamento discursivo no qual a igreja católica aparecia como uma das instâncias mobilizadoras do discurso sobre o cinema como estratégia para educar os brasileiros. Nessa ordem discursiva, circulava a noção da cinematografia como *ferramenta de imoralidade*, pois muitas fitas, além de refletir a vida mundana contrária à sã doutrina da igreja, produziam efeitos nocivos àqueles que estavam expostos à tela do cinema cotidianamente:

O efeito de taes exhibições cinematograficas sobre a grande multidão [...] é [...] a razão explicativa dos adulterios, das infidelidades conjugaes, das desordens familiares, do despudor da mulher, da vaidade da mocidade, do luxo corrosivo, da ruina moral de tantas pessoas está, evidentemente, no cinema degradado e hediondo. (O cinema..., 1932, p. 1).

Com esse entendimento, fixava-se uma obrigação: a de afastar a população brasileira de fitas cujo conteúdo fosse considerado ilícito à igreja católica. Por outro lado, autorizava-se a exibição de filmes, cujo fim servisse “[...] para melhor orientar e esclarecer devotos [...]” (Telas..., 1926, p. 7), acionando outra noção sobre o cinema: a de *ferramenta moralizadora*, comprometida com a divulgação dos valores cristãos.

Em vista dessas noções, circulava o entendimento de que “o cinema *possuía* um poder formidável, *tanto* para o mal como para o bem.” (Pro & contra, 1930, p. 3, grifo nosso). Contudo, no primeiro caso, o cinema era concebido como ferramenta deseducadora, podendo, inclusive, desviar fiéis dos ensinamentos religiosos e colaborar para aquisição de hábitos considerados impróprios à igreja. Nesse sentido, as fitas, quando não condizentes aos dogmas da igreja, perturbavam o bem-estar religioso e eram considerados instrumentos de corrupção moral por ser “[...] abertamente hostis às leis da Religião, á constituição cristã da família, aos ditames da moral, ao respeito pelas instituições, pessoas e coisas da Igreja” (Cinema..., 1932, p.1). No segundo caso, entretanto, era evocado o contato da população brasileira com “*films* moralizadores, cristãos, católicos” (O cinema...,1922, p. 3). Considerava-se a exibição de fitas religiosas uma excelente estratégia no combate aos malefícios que o cinema poderia trazer à população, sendo papel da igreja fortalecer seus valores e reagir contra quaisquer “*films* anticatólicos [...] feitos e exibidos contra a igreja, contra seus dogmas, sua doutrina e sua história” (O Cinema..., 1922, p. 3).

152

A polícia e o cinema

Além da igreja, a polícia também aparece na ordem discursiva analisada, porém como braço armado do Estado, atuando sob sua responsabilidade para assegurar o uso do cinema numa perspectiva libertadora, na luta pela preservação da moral e dos bons costumes brasileiros. Com isso, o cinema é indicado como *instrumento de desmoralização*, visto que a fita cinematográfica, a depender de sua classificação ou composição, poderia influenciar a conduta da população: as “*scenas* [...] poderiam prejudicar lhes a fibra moral” (O cinema...,1934, p. 2), fazendo-se necessária a não circulação de filmes imersos nessa perspectiva.

Assim, as condições de possibilidades são dadas para que seja exercida pelo Estado a *censura cinematográfica* com a finalidade de fiscalizar e proibir “tudo quanto attentar contra os bons costumes, a bondade, a cordialidade, toda pellicula em que o vicio ou o crime appareçam cruamente ou sem punição” (O cinema..., 1933a, p. 7). Tais ações também são ratificadas e legalizadas através do Decreto nº 21.240/1932, em seu artigo 8º, quando determina a interdição de filmes nas seguintes condições:

I – contiver qualquer ofensa ao decoro público. II – for capaz de provocar sugestão para os crimes ou maus costumes. III – contiver alusões que prejudiquem a cordialidade das relações com outros povos. IV – implicar insultos a coletividade ou particulares, ou desrespeito a credos religiosos. V – ferir de qualquer forma a dignidade nacional ou contiver incitamentos contra a ordem pública, as forças armadas e o prestígio das autoridades e seus agentes (Brasil, 1932, p. 1).

A partir do referido decreto, a censura cinematográfica exercida pelo Estado é também partilhada por uma Comissão específica responsável por avaliar previamente se, sob tais condições, os filmes poderiam ser exibidos ao público em geral. Mais especificamente, caberia a esta Comissão avaliar se (I) o filme poderia ser integralmente exibido; se (II) eles deveriam sofrer cortes; quais (III) seriam classificados como filme educativo e quais (IV) como impróprios para menores, sendo estes definitivamente (V) interditados ou não pela Comissão.

À polícia competia, especificamente, coibir através da força e fiscalizar as exibições cinematográficas, salvaguardando a ordem pública e os bons costumes (Ministerio..., 1932). Os enunciados também indicam que a censura desempenhada pela polícia às fitas consideradas imorais, orientava-se por uma preocupação explícita quanto à influência negativa que os filmes poderiam gerar nas crianças, comprometendo-as ainda em processo de formação. A despeito disso, o Estado propunha desempenhar estratégias específicas para os menores, atribuindo diretrizes gerais para a regulação das fitas, liberando apenas os “[...] films especiaes adequados ás crianças” (O cinema..., 1935, p. 2).

A imprensa e o cinema

Assim como a polícia, a imprensa também assumiu uma posição na ordem do discurso investigado. Vinculado à igreja católica e atuando em favor do Estado, a imprensa agia como uma instância social colaboradora na manutenção da censura cinematográfica no país.

Materializada através de jornais e revistas circulou um conjunto de enunciados que ratificavam a defesa da exibição fílmica apenas daqueles cujos conteúdos estivessem comprometidos com a disseminação da moral e dos bons costumes brasileiros.

Assim, a fim de evitar a exibição de “*films* inconvenientes e que nada honram” (Mais um!, 1920, p. 2, grifo nosso), a imprensa agia no sentido de selecionar e divulgar tais filmes”. Como forma de fiscalizar a exibição das fitas, o periódico *A Tela*, por exemplo, divulgou em um de seus números “a propaganda dos cinemas dignos e o combate aos que se não fossem de exhibir qualquer produção” (A campanha..., 1920, p. 3).

Como forma de melhor orientar os frequentadores das salas de cinema, *A Tela* divulgava a desaprovação de determinados filmes “[...] tendentes a elevar a moral [...], e inculcar-lhes no animo o horror ao crime e lhes inspirar o amor á virtude e á pratica das boas acções” (As applicações..., 1918, p. 47), desempenhando um papel importante no tocante ao zelo e ao bem-estar dos cidadãos.

Além disso, também nesse periódico, as fitas eram classificadas em função de diferentes noções atreladas ao uso do cinema. Em primeiro momento, identificou-se a noção de fitas como *ferramentas prejudiciais* à população, visto que, em muitos casos, as cenas “sob apparencias as mais simples e naturaes [...] encobriam exemplos condemnaveis e cheios de peçonha” (O film..., 1921, p. 5). Segundo, os filmes poderiam ser concebidos como *reservados*, trazendo uma essência dramática, mas com “[...] um fundo moral aproveitavel” (A tela, 1921, p. 6). Por último, os filmes poderiam ser classificados como *inofensivos*, exibindo cenas consideradas aceitáveis que não traziam qualquer prejuízo à população, pois “[...] pelo seu assumpto e pela sua interpretação, não continham a mais leve inconveniencia, e poderiam ser vistos, geralmente, por todos os adultos” (A Classificação..., 1921, p. 9)

Ao exercer uma função fiscalizadora sobre as fitas cinematográficas, o periódico *A Tela* disseminava, ao mesmo tempo, determinados saberes sobre o cinema e seus usos no país, de modo que os filmes considerados imorais à população estariam comprometidos com a disseminação de cenas relacionadas a assaltos e a roubos, como expressa o seguinte fragmento:

[...] Esses bandidos salteadores, que agora apavoram a população [...], está-se a vêr, fizeram sua educação moral e profissional nos cinemas, apreciando e instruindo-se com as lições suggestivas dos *films* em que se succedem e

multiplicam as scenas óra trágicas, óra comicas, mas brutalissimas sempre, desses assaltos a mão armada (O mão..., 1921, p. 2).

Este e outros registros publicados pela imprensa sobre as fitas imorais serviam, ao mesmo tempo, como um alerta à população e o desenvolvimento de sua consciência crítica frente aos conteúdos expressos nos filmes.

A escola e o cinema

Ao analisar os documentos-fonte dessa investigação, os enunciados encontrados também indicaram a escola como uma instância colaboradora da prática pedagógica do cinema no país, sendo esse recurso concebido como: *estratégia do currículo escolar, ferramenta auxiliar do ensino, instrumento de análise, divulgação científica e de educação das massas*.

No primeiro caso, entende-se que as fitas cinematográficas estariam voltadas ao ensino, configuram-se como “[...] um dos meios mais eficazes de educação” (Cinematographia, 1931, p. 5). Logo, o cinema era concebido como uma estratégia didática, um recurso a ser inserido no currículo da escola, com a finalidade de subsidiar as aulas dos professores, por se tratar de “[...] um meio comodo, economico e pratico de educação” (Alma..., 1919, p. 2).

O cinema também era entendido como *auxiliar do ensino, difusor de conhecimentos e ferramenta de instrução*, visto que se destacava como “[...] um dos mais uteis elementos de instrucción” (O cinema..., 1919, p. 5). Assim, como um “um precioso auxiliar do ensino e ao mesmo tempo disseminador de conhecimentos” (Os dez..., 1925, p. 2), facilitava a compreensão dos conteúdos escolares e abstinha os alunos de “[...] cansar os olhos sobre linhas e mais linhas de um grosso in-folio” (O cinema..., 1939b, p. 3).

Como difusor de conhecimentos, o cinema também apresentava-se interligado a diferentes áreas do saber. Assim confirmam os seguintes fragmentos: “o cinema apresenta-se como factor decisivo de educação, *colaborando no ensino de várias disciplinas* (Centro..., 1931, p. 5, grifo nosso), sendo capaz de “mostrar aos alumnos escolares de todas as nações aquillo que elles necessitam vêr para melhor comprehender” (Cinema..., 1931, p. 10). Nesse sentido,

Cursos secundarios, o estudo da physica, da chimica, da geographia, da ethnographia, da botanica, da zoologia, da mineralogia, da historia, mais

facilmente e mais rapidamente são compreendidos pela projecção cinematographica do que pela exposição verbal. (Films..., 1921, p. 1).

Posto isso, notou-se, ainda, que não estava ausente a compreensão do cinema como *ferramenta de instrução*, visto que era capaz de tornar o aprendizado mais efetivo e divertido:

Por meio do cinema as crianças, o povo, os adultos podem aprender suavemente, insensivelmente, porque aprendem divertindo-se e divertem-se aprendendo. [...] com sua poderosa força suggestiva pode transmitir ao vivo todos os conhecimentos uteis (O cinema..., 1933a, p. 7).

O cinema era visto, portanto, como um recurso capaz de despertar o interesse dos alunos frente ao aprendizado dos conteúdos escolares e como “[...] um meio mais poderoso da diffusão de idéas e factos [...] um elemento efficaz de pesquisas scientificas” (A internacionalização..., 1928, p. 7), uma vez que “por meio do cinematographo, o grande publico poderia mais facilmente ser iniciado aos novos mysterios, do que por meio de artigos e conferencias de vulgarisação”. (Uma nova..., 1922, p. 38).

Além disso, nossa análise também identificou que o cinema era concebido, especialmente na década de 1930, como instrumento de Educação Popular, pois desempenhou, naquele momento, o papel de escola para aqueles que não tinham nenhuma (O cinema..., 1933b). Como recurso auxiliar do ensino voltado à educação das massas, o cinema foi, aos poucos, sendo acionado como ferramenta de combate ao analfabetismo do país, isto é, como recurso benéfico e vantajoso para aqueles que não sabiam ler, visto que poderia ser utilizado na sociedade como instrumento de incontestável valor que satisfazia “[...] plenamente as necessidades cada vez mais crescentes, da perfeição e diffusão do ensino com o mínimo esforço” (Cinema..., 1932, p. 162).

Considerações finais

À guisa de conclusão, pode-se dizer que a partir do mapeamento dos documentos e da descrição dos enunciados, constatou-se a existência de um ordenamento discursivo no qual o cinema aparece como uma ferramenta estratégica para educar os brasileiros, de 1910 a 1939. Nossa hipótese, sustentada por indícios enunciativos, indica-nos que este discurso é sustentado por quatro instâncias sociais: a igreja, a polícia, a imprensa e a escola, que atuam no sentido de

fortalecer a prática pedagógica do cinema no país e disseminar diferentes noções atreladas ao uso dessa ferramenta na sociedade brasileira.

Na esfera religiosa, a concepção do cinema como *ferramenta de moralidade* ganhou, do ponto de vista discursivo, um status político, pois as exibições cinematográficas não ficaram à cargo somente do olhar fiscalizador da igreja; tornou-se uma questão de polícia, cujo reforço disciplinador foi recebido, também, pela imprensa, que passou a informar, advertir e a conscientizar as famílias brasileiras quanto a influência negativa que o cinema poderia trazer para elas no que tange a disseminação de maus saberes (cenas de roubos, assassinos, conduta moral etc.). A escola, por sua vez, atuava no sentido de defender o cinema como *ferramenta auxiliar do ensino*, afastando-se do mau cinema mediante “[...] uma censura criteriosa, fundada em bases educativas” (Almeida, 1931, p. 10).

Assim, orientada pela censura, o cinema passou a ser evocado pela igreja, pela polícia, pela imprensa e pela escola como uma ferramenta estratégica para educar os brasileiros, no período em questão, quer fosse em razão de uma causa religiosa, quer fosse em razão de um interesse público, para o qual o Estado deveria assumir papel indispensável: o de coordenar e administrar o uso pedagógico do cinema no país. Vale salientar, contudo, que diferentemente da censura veiculada pela igreja católica mobilizada em função da preservação da fé e da moral cristã, sob a supervisão do Estado atuavam a polícia e, em colaboração com ele, a imprensa e a escola, inserindo o cinema em sistemas de utilidade pública, cujas ações estariam voltadas ao interesse público e a conservação do bem-estar comum de todos os cidadãos brasileiros.

A despeito das noções empregadas pelas diferentes instâncias sociais para descrever e situar o cinema, nota-se certa aproximação entre elas. Isto porque, do ponto de vista da arqueologia do discurso, os enunciados, embora presentes em domínios específicos¹², circulam de forma livre e exercem uma função determinada, que ora se modifica, ora se reatualiza na trama discursiva.

¹² Como o religioso, o político, o midiático e o escolar.

Referências

AS APLICAÇÕES da cinematographia. **Revista Souza Cruz**, RJ, n° 020, p. 47, jul. 1918.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=181900&pasta=ano%20191&pesq=%20satisfac%20que%20de%20alegria,%20que%20de%20conforto%20n%20traz%20ao%20espírito%20desenrolar%20das%20scenas%20tranquillas>. Acesso em: 18 de out. 2019.

A CAMPANHA dos cinemas. **A União**, Rio de Janeiro, RJ, n° 14, p. 3, 15 fev. 1920. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=799670&pasta=ano%20192&pesq=propaganda%20dos%20cinemas%20dignos>. Acesso em: 16 out. 2019.

A CLASSIFICAÇÃO dos films segundo a tela. **A União**, Rio de Janeiro, RJ, 012, p. 9, 10 de fev. 1921. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=799670&pasta=ano%20192&pesq=a%20classificac%20dos%20films%20segundo%20a%20tela%20assumpto%20oportuno>. Acesso em: 20 de out. 2019.

ALCANTARA, Marcos Angelus Miranda; CARLOS, Erenildo João. Análise Arqueológica do Discurso: uma alternativa de investigação na Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Intersecções**, São Paulo, n. 3, p. 59-75, nov. 2013. Disponível em:

<https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaIntersecoes/article/view/1152>. Acesso em: 12 ago. 2019

ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. Cinema contra cinema. **Cinearte**. Rio de Janeiro, RJ., N. 305, p. 10. [s.i]. 1931. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/162531/per162531_1931_00305.pdf. Acesso em: 10 jul. 2015.

A INTERNACIONALIZAÇÃO do cinema. **Diario Nacional: A Democracia em marcha**. São Paulo, SP, n° 412, p. 7, 6 de nov. 1928. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213829&pasta=ano%20192&pesq=a%20internacionaliza%20do%20cinema>. Acesso em: 16 out. 2019.

ALMA religiosa. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, PE, n° 334, p. 2, 10 dez. 1919. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_09&pasta=ano%20191&pesq=severissima%20censura%20preventiva. Acesso em: 8 out. 2019.

A TELA. **A União**, Rio de Janeiro, RJ, n° 74, p. 6, 18 set. 1921. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=799670&pasta=ano%20192&pesq=o%20film%20commissario%20de%20policia%20tela>. Acesso em: 8 out. 2019.

BRASIL. Decreto n° 21. 240, de 04 de abril de 1932. Nacionaliza o serviço de censura dos filmes cinematográficos, cria a Taxa Cinematográfica para a educação popular e dá outras providências.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder executivo, Brasília, DF, 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21240-4-abril-1932-515832-publicacaooriginal-81522-pe.html>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

CENTRO do professorado paulista. **Diário nacional**, São Paulo, SP, nº 1096, p. 5, 4 fev. 1931.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213829&pasta=ano%20193&pesq=cinema%20educativo%20no%20ensino%20das%20varias%20disciplinas>. Acesso em: 16 out. 2019.

CINEMA educativo. **A escola primaria**, Rio de Janeiro, RJ, nº 08-09, p. 162, 1932. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=097497&PagFis=4357&Pesq=diffusão%20do%20ensino%20com%20o%20mínimo%20esforço>. Acesso em: 16 out. 2019.

CINEMATOGRAFIA. **A Noite**, Rio de Janeiro, RJ, nº 6959, p. 5, 13 abr. 1931. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_03&pasta=ano%20193&pesq=todo%20rigor%20dos%20modernos%20princípios%20pedagogicos. Acesso em: 07 out. 2019.

DECRETO sobre o cinema. **Cinearte**, Rio de Janeiro, RJ, nº 323, p. 11, 4 de mai. de 1932.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pasta=ano%20193&pesq=os%20filmes%20educativos%20s%C3%A3o%20material%20de%20ensino>. Acesso em: 16 out. 2019.

EM PUBLICAÇÃO. **Cinearte**, Rio de Janeiro, RJ, nº 174, p. 3, jun. 1929. Disponível em:

http://memoria.bn.br/pdf/162531/per162531_1929_00174.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

FILMS educativos. **Para Todos**, Rio de Janeiro, RJ, nº 107, p. 16, 1 de jan. de 1921. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124451&pesq=cinematografico de tal sorte dos hospitaes, por quanto a technica](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124451&pesq=cinematografico%20de%20tal%20sorte%20dos%20hospitais%20por%20quanto%20a%20technica). Acesso em: 18 de out. 2019.

FAHEINA, Evelyn Fernandes Azevedo; CARLOS, Erenildo João. Análise Arqueológica do Discurso sobre o nexa pedagógico entre cinema e educação no Brasil no período de 1910 a 1930. **Pro-posições**

[online]. 2019, v. 30. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072019000100518&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 maio 2020.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MAIS UM!, **A União**, Rio de Janeiro, RJ, nº 61, 29 de jul. 1920. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=799670&pasta=ano%20192&pesq=cinema%20polytheama>. Acesso em: 16 out. 2019.

MINISTERIO da educação e saúde pública, **Revista nacional de educação**, Rio de Janeiro, RJ, nº 1, p. 10, out. de 1932. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=181614&pasta=ano%20193&pesq=fiscaliza%C3%A7%C3%A3o%20das%20exibi%C3%A7%C3%B5es%20cinematograficas>. Acesso em: 7 de out. 2019.

O CINEMA e a educação. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, RJ, nº 7608, p. 5, 28 dez. 1919.

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pesq=uteis%20elementos%20de%20instrução%20%20rija%20capacidade. Acesso em: 7 out. 2019

O CINEMA corrutor. **A Cruz: órgão da parochia de S. J. Baptista**, Rio de Janeiro, RJ, p. 3, 12 mar. 1922. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829706&pasta=ano%20192&pesq=as%20senten%C3%A7as%20lavradas%20dos>. Acesso em: 7 out. 2019.

O CINEMA honesto. **A Cruz: órgão da parochia de S. J. Baptista**, Rio de Janeiro, RJ, p.1, 12 de jun. de 1932. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829706&pasta=ano%20193&pesq=raz%C3%A3o%20explicativa%20dos%20adulterios>. Acesso em 18 de out. 2019.

O CINEMA como factor da educação. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, RJ, nº 189, p. 7, 11 ago. 1933a. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_12&pasta=ano%20193&pesq=o%20cinema%20educativo%20preocupou. Acesso em: 7 out. 2019.

O CINEMA e a educação popular no Brasil. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, nº 5, p. 3, 1933b. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=181614&pasta=ano%20193&pesq=o%20cinema%20v%C3%A3o%20onde%20n%C3%A3o%20vai%20o%20jornal:%20v%C3%A3o%20aos%20que%20n%C3%A3o%20sabem%20ler>. Acesso em: 12 out. 2019.

O CINEMA e a educação nacional. **Correio o Parana: órgão do partido liberal paranaense**, Paraná, nº 631, p. 2, 1 jul. 1934. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171395&pasta=ano%20193&pesq=a%20proposito%20da%20campanha%20fibra%20moral>. Acesso em: 07 out. 2019.

O CINEMA e a educação da mocidade. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, RJ, nº 177, p. 2, 28 abr. 1935. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_12&pasta=ano%20193&pesq=o%20comite%20examina%20igualmente%20%20repercuss%C3%B5es%20do%20cinema%20%20mocidade. Acesso em: 16 out. 2019.

O CINEMA na educação de adultos. **Jornal do Commercio**, nº 232, p. 8, 2 jul. 1939a. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_12&pasta=ano%20193&pesq=cinema%20e%20sua%20influencia%20forma%C3%A7%C3%A3o%20social%20do%20individuo%20%20%20sociedades%20primitivas. Acesso em: 12 out. 2019.

O CINEMA e a educação politico-social. **Gazeta de Noticias**, Rio de Janeiro, RJ, nº 193, p. 3, 15 ago. 1939b. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_06&pasta=ano%20193&pesq=quase%20ao%20pe%20da%20literatura%20%20insinua%C3%A7%C3%B5es%20crescem. Acesso em: 16 out. 2019.

O FILM o commissario de policia. **A União**, Rio de Janeiro, RJ, nº 74, p. 5, 18 de set. 1921.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=799670&pasta=ano%20192&pesq=o%20film%20commissario%20de%20policia%20%20tela>. Acesso em: 16 out. 2019.

O MÁO cinema já tem fructos nacionaes. **A União**, Rio de Janeiro, RJ, nº 93, p. 2, 24 nov. 1921.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=799670&pasta=ano%20192&pesq=Esses%20bandidos%20salteadores,%20que%20agora%20apavoram>. Acesso em: 7 out. 2019.

OS DEZ mandamentos. **A Cruz, órgão da parochia de S. J. Baptista**, Rio de Janeiro, RJ, nº 32, p. 2, 2 ago. 1925. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829706&pasta=ano%20192&pesq=difus%C3%A3o%20de%20ideias%20%20mao%20cinema%20%20os%20dez%20mandamentos>. Acesso em: 16 out. 2019.

PRO & contra, **A Cruz**, Rio de Janeiro, RJ, p. 3, 11 maio 1930. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829706&pasta=ano%20193&pesq=poder%20formidavel%20que%20sirva%20para%20elevar%20a%20humanidade>. Acesso em: 8 out. 2019.

TELAS & palcos. **Jornal Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, RJ, nº 9562, p. 7, 27 mar. 1926.

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=igreja. Acesso em: 7 out. 2019.

UMA NOVA aplicação do cinematographo. **Para Todos**, Rio de Janeiro, RJ, nº 160, p. 38, 7 de jan. 1922. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124451&pesq=o%20cinema%20prestou%20relevantes%20divulga%C3%A7%C3%A3o%20cientifica>. Acesso em: 17 de out. 2019.

VARGAS, Getúlio D. **O cinema nacional, elemento de aproximação dos habitantes do país** – discurso pronunciado na manifestação promovida pelos cinematografistas. Rio de Janeiro, 1934.

Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1934/04.pdf/view>. Acesso em: 12 out. 2019.